

SPINELLI, Miguel. *Helenização e recriação de sentidos: a filosofia na época da expansão do cristianismo – século II, III e IV*. 2ª ed. revisada e ampliada. Caxias do Sul: Educus, 2015.

A obra *Helenização e Recriação de Sentidos*, sobre a qual elaboramos a presente resenha, consiste em uma segunda edição (revisada e ampliada) publicada em 2015. Ao contrário da primeira edição, publicada pela Editora PUC de Porto Alegre em 2002, a nova edição é publicada pela Editora da Universidade de Caxias do Sul (Educus) e conta com 750 páginas, incluindo as Referências Bibliográficas. De fato, é uma “obra de fôlego” e não poderia ser diferente: primeiro, porque ela é fruto de um estudo iniciado em 1996, como o próprio autor afirma (SPINELLI, 2015, p. 10), ou seja, possui um pouco mais de vinte anos de dedicação no assunto; segundo, pela grandeza do projeto, uma vez que, para a elaboração de uma obra dessa magnitude, faz-se necessário não apenas um profundo conhecimento da Filosofia Grega (com destaque para a Filosofia pitagórica, a Filosofia de Platão, de Aristóteles, de Epicuro e dos estoicos), mas também da doutrina dos chamados primeiros filósofos cristãos, a partir da qual eles confrontavam a Filosofia Grega e as demais *gnoses* (a dos marcionistas, dos valentinianos, dos basilidianos, dos saturninos, etc.); terceiro, porque se atém às fontes primárias, de modo que não só há um esforço de tradução, mas também de análise e de explicação das

passagens e conceitos traduzidos. Ainda no que se refere às diferenças entre as edições, temos o número de capítulos: ao contrário da primeira, a segunda edição conta agora com 22 capítulos, e não mais com 16. Tal mudança se deve, sobretudo, em razão da ampliação da análise acerca das obras de Justino de Nablus e de Clemente de Alexandria.

*Helenização e Recriação de Sentidos* é uma obra de análise histórico-filosófica, consistindo em um trabalho hermenêutico de reconstrução e de interpretação de sentidos sob dois aspectos: um, que leva em conta o texto e a doutrina dos filósofos cristãos; outro, o texto e a doutrina dos filósofos gregos. Nesse sentido, Spinelli busca evidenciar de que modo os doutrinadores cristãos se esforçaram para recriarem sentidos de conceitos e ensinamentos presentes na Filosofia Grega e, dessa forma, submeter o Helenismo em vantagem do Cristianismo. Tal submissão caracteriza os doutrinadores cristãos analisados por Spinelli (Justino de Nablus, Tertuliano, Clemente de Alexandria, Orígenes, etc.) como homens preocupados exclusivamente com a expansão da doutrina, do que se seguem duas observações. A primeira diz respeito ao *status* de filósofo desses doutrinadores: para Spinelli, visto eles não terem se preocupado com o efetivo filosofar, por não terem

se colocado no interior da tradição filosófica e trabalhado em vista de sua prosperidade, os doutrinadores cristãos não seriam, a rigor, filósofos – daí o grifo na palavra filósofo sempre que a referência é algum dos doutrinadores. A segunda observação consiste na divergência entre o intento helenizador dos doutrinadores e a proposta inicial de Jesus. Mediante análise dos textos bíblicos, Spinelli salienta (logo no capítulo I) que o esforço no sentido de estender a doutrina cristã para além do Judaísmo, a sua universalização, ou helenização, não se deu desde o início, ou seja, desde o evento Jesus. Tal esforço é posterior e lento, decorrente: “[...] de outros fatores que vão além do acolhimento e ordenamento interno da própria doutrina (SPINELLI, 2015, p. 50-51).

A divergência entre os *filósofos* cristãos e o próprio Jesus se estende até mesmo aos ensinamentos do (assim admitido) Messias, o qual, aliás, é apresentado por Spinelli como muito próximo do Epicurismo – Filosofia que foi duramente criticada e distorcida pelos ‘seguidores de Cristo’. A proximidade entre o Jesus histórico e a Filosofia epicurea é estabelecida (no capítulo I) a partir do mandamento do amor proferido por Jesus. Para Spinelli, tal mandamento estaria estreitamente relacionado com a *philia* epicurea, visto que, tanto em Epicuro, quanto em Jesus, temos como preceito algo que poderia ser colocado sob os seguintes termos: “[...] faça do amor por ti mesmo a regra do amor devido ao próximo” (SPINELLI, 2015, p. 30). A aproximação entre Jesus e Epicuro surge também no capítulo VII, tornando ainda mais curioso o esforço dispendido pelos filósofos cristãos em distorcer essa Filosofia, sobretudo no

que diz respeito às questões relacionadas ao prazer. Tais distorções são evidenciadas por Spinelli em diversas passagens da sua obra, seja no sentido de desfazer equívocos (como a caricatura do epicureu devasso alimentada por Clemente), seja no sentido de desvelar a recriação de sentido feita pelos filósofos cristãos acerca de conceitos genuínos do Epicurismo, como, por exemplo, o conceito da *prólêpsis* (contida no capítulo X).

Ao contrário do que se poderia presupor acerca de uma mentalidade que repudiou tão veementemente a Filosofia epicurea, não há por parte dos filósofos cristãos analisados por Spinelli qualquer tentativa de defesa dos filósofos estoicos. Entretanto, e isso é fato, a relação dos filósofos cristãos com o Estoicismo foi bem menos conflituosa (e preconceituosa) do que a relação que existia com o Epicurismo. Spinelli deixa isso claro, por exemplo, ao versar sobre: “O envolvimento de Justino com os estoicos e os epicureus” (tema do capítulo V); e “O preceituário estoico da pedagogia de Clemente de Alexandria” (tema do capítulo VI). No que se refere ao ‘envolvimento de Justino com o Estoicismo’, o que se destaca é a sua apropriação de alguns conceitos essenciais dessa Filosofia, a saber: *orthôs lógos*, hegemonia e *ekpýrōsis*, os quais, como de costume, ele submete a outro imaginário. Sobre a presença de preceitos estoicos na pedagogia de Clemente, temos a defesa de Zenão pelo abandono (no sentido de uma repressão, anulação) das paixões como modo de virtude e de elevação humana. Daí a afirmação de Spinelli segundo a qual duas coisas definem o preceituário de Clemente como estoico: “[...] a rigidez na formulação de preceitos e a contenção da natureza

humana em favor de sua divinização, ou seja, retirar de dentro do humano, antes de um simples homem, um deus (SPINELLI, 2015, p. 241). A “contenção da natureza humana” proposta por Zenão (e não só adotada, mas também radicalizada por Clemente) surge em sua Filosofia sob o termo da *egkráteia*: conceito que expressava o sentido de constrição das paixões (*epithymíai*).

Quanto ao sentido da *egkráteia* na Filosofia estoica, Spinelli faz uma precisa observação, a qual acaba por corroborar com a sua crítica ao modo como os filósofos cristãos procederam em relação à Filosofia, ou seja, por um lado, absorvendo dela tudo o que servia para o seu projeto cristianizador e, por outro, recriando sentidos ou simplesmente deixando de fora tudo o que não servia a tal projeto. Como esclarece Spinelli, a *egkráteia* não é um conceito inaugurado na Filosofia pelos estoicos. Esse termo já era usual na linguagem socrática, porém, comportando um outro sentido, qual seja, o de moderação, “[...] de um conter-se, ou de um dominar-se a si mesmo por si mesmo, por empenho do próprio eu, do qual aquele que se empenha retira força e domínio” (SPINELLI, 2015, p. 292-293). Ora, não foi da mentalidade socrática que Clemente se serviu ao admitir (e radicalizar) para dentro da sua doutrina o conceito *egkráteia*, mas sim dos estoicos. E isso por um motivo bem simples: ao contrário do que propôs Sócrates, o sentido dado por Zenão (sobretudo por força do seu ascetismo) era mais condizente com o ideal de cristão que *O Pedagogo* de Clemente exigia.

No que diz respeito à relação de oposição e de recriação de sentidos entre os filósofos cristãos e a mentalidade socrático-platônica, é possível

encontrar vários exemplos na obra de Spinelli. Na esteira dessa relação, temos: (i) a enunciação dos conceitos de demiurgo, de imortalidade ou de preexistência da alma, e de contemplação como sendo os principais conceitos recolhidos da Filosofia platônica pelos filósofos cristãos; (ii) o esforço de Justino em evidenciar, sobretudo em suas Apologias, que os filósofos gregos se inspiraram em Moisés e nos profetas, de modo que tudo o que os filósofos gregos disseram de verdadeiro seria graças ao Deus cristão – além de descrever Platão, ora como um discípulo, ora como um plagiador de Moisés; (iii) uma extensa análise sobre o conceito de divino (*tò theíon*) em Platão e a forma como Justino se serviu dele sob renovado sentido; (iv) o esclarecimento feito por Spinelli acerca do sentido que o *topos noëtós* possui dentro da Filosofia platônica e de como ele veio a designar um mundo dito transcendente; (v) a forma como a tese pitagórico-platônica da metempsicose, ou *palingenesia* (da transmigração da alma de corpo para corpo), foi mitologizada pela linguagem cristã; (vi) o conceito de *daímon* a partir do qual os doutrinadores cristãos retiraram, de um lado, o conceito de iluminação, de outro, o de “demônio”; (vii) o conflito platônico referente ao sensível e ao inteligível, sobre o qual também se desenrola a discussão acerca da divergência entre a fonte do bem para a mentalidade socrático-platônica e a fonte do bem preconizada pelos doutrinadores cristãos. Enfim, a lista é longa. Só no capítulo VIII, Spinelli apresenta quatorze exemplos desse ‘desalojamento’ e recriação de sentidos, entre os quais destacamos: a mentalidade socrático-platônica acerca da justiça e da virtude para além do preceituário

requisitado pela lei; a relação entre *pístis* e *epístême* tal como presente nos Diálogos platônicos.

Se, por um lado, os filósofos cristãos se serviram de inúmeros conceitos e proposições presentes na Filosofia de Platão, por outro, houve pouco interesse na Filosofia de Aristóteles. Para Spinelli, isso se deve “[...] pelo fato de a mentalidade aristotélica não ter combinado eficientemente com a cristã, e, em razão disso, ter sofrido mais adendos e correções internas que a de Platão” (SPINELLI, 2015, p. 458). Conforme evidência Spinelli (capítulo IX), essas ‘correções’ eram frequentes entre os doutrinadores cristãos: elas eram feitas a título de uma ‘melhora’ das proposições dos filósofos gregos. De todo modo, sobre a recepção da Filosofia de Aristóteles entre os doutrinadores cristãos, tal como presente na obra *Helenização e Recriação de Sentidos*, chamamos a atenção para o conceito de *ousía*, brevemente apresentado no capítulo VIII, e retomado nos capítulos XI e XV. Embora Spinelli nos ofereça desde o capítulo VIII o sentido desse conceito na Filosofia de Aristóteles, é no capítulo XV que ele de fato é problematizado. Isso porque, a *ousía* aristotélica é ponto chave para se analisar a tese da incompreensibilidade de Deus proposta por Gregório de Nazianzo. A discussão em torno desse problema (fundamental da Metafísica clássica), que remonta a Parmênides, é promovida por Spinelli à luz das considerações de Aristóteles na *Metafísica*. Aliás, tal discussão é ponto de conexão com o capítulo XVIII, visto Eunômio ser um ‘herdeiro’ de Gregório (não sem algumas diferenças) nos pontos em que submete a tese da incompreensibilidade de Deus aos termos da teoria aristotélica da substância (*ousía*).

Para além de Sócrates, Platão, Aristóteles, Epicuro e Zenão, o estoico, também temos em *Helenização e Recriação de Sentidos* os filósofos pré-socráticos como referência para os doutrinadores cristãos. Contudo, na maioria das vezes eles são relacionados com alguns dos filósofos já acima nomeados: Pitágoras com Platão; Heráclito com Zenão e Epicuro. Isso só reforça a tese de que, na verdade, o intuito dos ditos filósofos cristãos era mesmo o de recriar sentidos, e não de promover uma investigação filosófica de fato – dado que tinham algum acesso até mesmo às proposições dos filósofos pré-socráticos. Dito isso, e para concluir, seguem algumas considerações.

Logo no Prefácio, Spinelli afirma que existem algumas questões acerca da relação entre o Cristianismo e a Filosofia Grega que orientam a sua obra. São elas: (i) a falta de clareza no que diz respeito à amplitude e limite das influências da Filosofia Grega (nas figuras de Platão, de Aristóteles, dos epicuristas e dos estoicos) entre os filósofos convertidos ao Cristianismo; (ii) a falta de cuidado e, conseqüentemente, a não evidenciação das fontes filosóficas gregas que influenciaram esses filósofos cristãos, bem como a falta de um esclarecimento relativo aos conceitos dos quais *eles* se apropriaram e, ainda, a desconsideração acerca do fato de que tais filósofos eram professores de retórica, cultores da sofística e da dialética; (iii) a exclusão *daqueles* tidos como heréticos, limitando as análises aos doutrinadores fiéis à ortodoxia cristã; (iv) o trato acerca da própria Filosofia, no sentido de expor o que os doutrinadores cristãos fizeram dela.

À luz das questões enunciadas no Prefácio, e após analisarmos a obra, é

possível perceber a clareza com a qual o autor labora. Todos os capítulos são conectados, não apenas pelo tema, mas também pelo contexto histórico. Isso torna a leitura do seu trabalho algo ainda mais agradável e, portanto, convidativo. Aliás, cabe ressaltar: ao contrário do que poderá imaginar um leitor distraído, o propósito da obra não é a pura e simples desqualificação dos doutrinadores analisados. Em *Helenização e Recriação de Sentidos* não há qualquer pretensão de se estabelecer juízos de valor. O que existe é uma exposição daquilo que foi feito; uma exposição de fatos. Nas palavras de Spinelli:

Ao se propor fazer uma análise histórico-filosófica, esta obra se orientou pela ideia de uma revitalização crítica de conceitos, sem o objetivo de demonstrar algo – nem o que é certo nem o que é errado –, mas apenas argumentar (SPINELLI, 2015, p. 10).

Assim, o leitor que deseja se aventurar pela obra em questão precisa ter em mente o próprio movimento crítico e argumentativo próprio da Filosofia. Do contrário, corre-se o risco de não conhecer uma obra que, de forma magistral, discute temas atuais (com uma linguagem acessível e franca) a partir de uma investigação que remonta aos tempos de Sócrates, Platão, etc., ou seja,

a partir de uma investigação que, por princípio, encontra-se restrita ao meio acadêmico.

Dois bons exemplos de temas atuais que estão presentes na obra de Spinelli são: primeiro, a discussão acerca da compreensão entre o ser *bom homem* e o ser bom cidadão presente no capítulo VI (com destaque para a nota de rodapé 596), da qual se segue uma profunda análise sobre a relação entre o que se poderia chamar de ser (agir ético) e o aparentar ser; segundo, a questão da homofobia (presente no capítulo VII) a partir da discussão sobre os conceitos de natureza e desejo tal como presentes em *O Pedagogo* de Clemente.

A crítica fica restrita à infeliz revisão editorial da obra. Por algum motivo, constam nesta segunda edição da *Helenização e Recriação de Sentidos* dezenas de erros no que se refere à espaçamentos, acentuações e marcações (por exemplo, do tipo itálico). Fica para uma terceira edição (novamente ampliada, esperamos) a correção de tais erros.

Rogério Lopes dos Santos

rogeriolopes@hotmail.com

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)